



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

CÉLIA MARIA LEMOS LIMA COELHO

**O TRABALHO DO CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO(CAEE) NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO
DE IGUATU-CE**

O TRABALHO DO CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO(CAEE) NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE IGUATU-CE

Célia Maria Lemos Lima Coelho¹

Ana Maria Damasceno Landim ²

RESUMO:

Esta pesquisa surgiu da inquietação de se entender de qual forma o Centro de Atendimento Educacional Especializado -CAEE da cidade de Iguatu-CE colabora com a permanência dos alunos com deficiências nas escolas regulares e quais são os tipos de atendimento acessíveis aos educandos e famílias. Nesse sentido, a problematização parte do seguinte questionamento: Como é realizado o Atendimento Educacional Especializado pelos profissionais do CAEE (estratégias de orientações e/ou informações sobre os atendimentos ofertados a escola e família)? Diante desse contexto, a pesquisa tem como objetivo geral analisar o trabalho desenvolvido pelo CAEE aos alunos com deficiências. E como objetivos específicos: Identificar os tipos de deficiências e especialidades atendidas; registrar as parcerias e os profissionais envolvidos. O referencial teórico adotado é composto pela legislação e por textos que tratam das políticas de inclusão e da Educação Especial. Nos procedimentos metodológicos foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e de campo que subsidiaram a análise dos dispositivos legais e fomentaram as discussões referente a temática. Os resultados apontaram para a necessidade de orientação sistematizada aos educandos e seus familiares e a oferta de uma formação continuada, não só para a equipe multidisciplinar, mas também, para todos os servidores das escolas, conselho escolar e grêmio estudantil. Sabe-se que cabe aos órgãos governamentais garantir a implementação de políticas públicas para a melhoria dos serviços de atendimento e de informações as famílias que buscam o cumprimento dos seus direitos que estão garantidos em leis.

Palavras chaves: Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado. Educação Básica.

¹Graduada em História pela Universidade Vale do Acaraú, Graduada em Pedagogia pela Faculdade Venda Nova do Imigrante, Especialista em História e Geografia pela Faculdade Kurius - cellialemos@gmail.com

²Mestre em Saúde da Criança e do Adolescente pela Universidade Estadual do Ceará, Técnica em Educação da Prefeitura de Maracanaú - anamarialandim@gmail.com

ABSTRACT

This research stemmed from the concern of understanding how the Specialized Educational Assistance Center (CAEE) in the city of Iguatu, Ceará, collaborates with the retention of students with disabilities in regular schools and what types of services are available to students and families. In this sense, the problematization starts from the following question: How is Specialized Educational Assistance carried out by CAEE professionals (guidance strategies and/or information about the services offered to schools and families)? Given this context, the research has the general objective of analyzing the work developed by CAEE for students with disabilities. Specific objectives: To identify the types of disabilities and specialties served; and to register the partnerships and professionals involved. The theoretical framework adopted is composed of legislation and texts that deal with inclusion policies and Special Education. In the methodological procedures, bibliographic and field research were used to support the analysis of legal provisions and foster discussions on the topic. The results indicated the need for systematic guidance for students and their families and the provision of ongoing training, not only for the multidisciplinary team but also for all school staff, the school board, and the student union. It is known that it is up to government agencies to ensure the implementation of public policies to improve care and information services for families seeking to fulfill their rights, which are guaranteed by law.

Keywords: Special Education. Specialized Educational Assistance. Basic Education.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a Educação Especial vem ganhando destaque através dos seus avanços significativos nas políticas públicas e práticas pedagógicas voltadas para a inclusão escolar. A implementação de legislações específicas, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), reforça a necessidade de adaptar o sistema educacional para melhor acolher e promover o desenvolvimento da aprendizagem de todos os alunos, independentemente das necessidades das condições físicas ou psíquicas. Proporcionar um ambiente escolar onde todos se sintam incluídos e respeitados é uma forma de construir uma sociedade mais justa e igualitária.

“Incluir, portanto, não significa homogeneizar, mas, ao contrário, dar espaço para a expressão das diferenças. Uma diferença que se mostra não como desigualdade, mas como afirmação contundente do princípio de que todos são iguais no universo dos direitos humanos, da liberdade de expressão, da sobrevivência com dignidade e das oportunidades.” (Silva; Pedro; Jesus, 2017, p. 02)

Dessa forma, se faz necessário continuar lutando por esse compromisso de uma educação cada vez mais inclusiva e de qualidade para esse público que, por muito tempo, permaneceu esquecido/invisível por toda a sociedade.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o trabalho desenvolvido pelo Centro de Atendimento Educacional Especializado - CAEE aos alunos com deficiências das escolas públicas do município de Iguatu no Ceará, e como objetivos específicos: Identificar os tipos de deficiências e especialidades atendidas; registrar as parcerias e os profissionais envolvidos. A busca em entender como se dar esse trabalho ocorreu a partir de algumas vivências com esse público durante a minha trajetória profissional.

Dessa forma, precisa-se fazer valer as políticas públicas e as diretrizes operacionais ao Atendimento Educacional Especializado -AEE, que assegura aos alunos com deficiências, uma educação inclusiva de qualidade, promovendo oportunidade de forma igualitária, e a participação plena desses alunos na sociedade. Conforme trata o Art.2º da resolução nº04/2009:

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Parágrafo único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com

deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços. (Ministério da Educação, 2009, p. 1).

Nessa perspectiva, acredita-se que o trabalho desenvolvido pelo Centro de Atendimento Especializado - CAEE, tem como metodologias a seguridade desses direitos, que valorizem, integrem, e promovam uma inclusão digna para todos os educandos, reconhecendo suas habilidades e potencialidades com um olhar crítico e respeitoso, buscando sempre melhorar a qualidade do atendimento ao público que ali frequenta. “A perspectiva de se formar uma nova geração dentro de um projeto educacional inclusivo é fruto do exercício diário da cooperação e da fraternidade, do reconhecimento e do valor das diferenças, que marcam a multiplicidade, a natureza multante de todos nós” (Mantoan, 2003, p. 16).

Assim, a educação especial precisa ser assegurada e valorizada, o processo da aprendizagem deve acontecer de forma que venha atender às necessidades individuais de cada aluno, garantindo que todos possam participar plenamente e aprender de maneira significativa, promovendo assim uma sociedade mais justa e inclusiva.

Como etapas desenvolvidas numa pesquisa científica, serão enfocadas nesse estudo, a pesquisa Bibliográfica e de Campo Para Severino (2007), a pesquisa bibliográfica realiza-se:

Pelo registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (Severino, 2007, p. 122)

Segundo Yin (2001), o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo dos fatos objetos de investigação, permitindo um amplo e pormenorizado conhecimento da realidade e dos fenômenos pesquisados. Ou seja, “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (Yin, 2001 p. 33).

Neste estudo, as reflexões partiram das leituras de pesquisas já publicadas sobre a temática, e do entendimento do conjunto dos dispositivos legais que regulamentam a educação especial e os direitos dos estudantes com deficiências ao atendimento educacional especializado, como uma forma de garantir não apenas o acesso, mas também, a permanência em toda sua trajetória acadêmica e pretende responder ao seguinte questionamento: Como é

realizado o Atendimento Educacional Especializado pelos profissionais do CAEE (estratégias de orientações e/ou informações sobre os atendimentos ofertados a escola e família)?

O campo de pesquisa foi o Centro de Atendimento Especializado – CAEE, Raimundo Nonato Pereira, localizado no Município de Iguatu no Estado do Ceará. Foi realizada uma visita à instituição com o intuito de conhecer o histórico da instituição, sua organização e funcionamento. Através dessa visita foi possível conhecer os documentos institucionais, descrever sobre seu funcionamento, bem como a atuação dos profissionais do CAEE, e as deficiências atendidas. Ao final, foram descritas as considerações acerca do tema em estudo, e sobre o acompanhamento e as dificuldades do CAEE como também, as estratégias utilizadas para orientar e divulgar as informações sobre os tipos de atendimentos ofertados e como a escola e a família podem acionar, junto aos órgãos competentes o direito à educação e acessibilidade que lhes garante a lei 13.146 de 7 de julho de 2015 ao afirmar em seu artigo 8º:

É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, **à informação, à comunicação**, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico (Brasil, 2015, p. 4. Grifos nossos).

2 UM BREVE HISTÓRICO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

2.1. Início da civilização.

Infelizmente na antiguidade às pessoas identificadas com deficiência eram negados seus direitos ao atendimento e excluídas, perseguidas e eliminadas. Segundo nos explica Pessoti (1984),

No Antigo Egito, os médicos acreditavam que as doenças graves e as deficiências físicas ou os problemas mentais graves eram provocados por maus espíritos, por demônios ou por pecados de vidas anteriores que deviam ser pagos. Dessa maneira, os deficientes não podiam ser debelados a não ser pela intervenção dos deuses, ou pelo poder divino que era passado aos médicos-sacerdotes, especializados nos chamados “Livros Sagrados” sobre doenças e suas curas. (Pereira; Saraiva, 2017 pag. 170-171)

Na história antiga e medieval os deficientes físicos eram tratados sob duas formas diferentes: primeiro de total rejeição e eliminação e segundo de proteção assistencialista e

piedosa. Na Grécia Antiga onde o militarismo era a principal atividade desenvolvida, facilmente se escutava histórias e relatos de um grande número de pessoas com mutilações devido às guerras.

As crianças daquela época consideradas “disformes” ou doentes eram consideradas sem valor e conseqüentemente abandonadas à própria sorte até a morrer. Durante este período o importante era o estético, o belo, a força e a perfeição do corpo, pois o principal objetivo era a guerra.

Quanto ao universo greco-romano, sabe-se que as pessoas desviantes/diferentes/deficientes tinham conforme o momento histórico os valores vigentes, seu destino selado de forma inexorável: ora eram mortas, assim que percebidas como deficientes, ora eram simplesmente abandonadas a sua “sorte”, numa prática então eufemisticamente chamada de “exposição” (Amaral, 1995, p. 43”).

É possível compreendermos que cada comunidade tem seus costumes e crenças e não nos cabe julgá-la. Essas atitudes e posturas eram ensinadas como certas e passadas para as gerações seguintes. Gurgel (2007) demonstra que neste período era permitido abandonar as crianças que nasciam com deformidades físicas em lugares sagrados ou no Rio Tibre, e quando não morriam por afogamento eram explorados por esmoladores ou em circos como forma de entretenimento. Já em Roma os nobres tinham permissão e autoridade para eliminar as crianças que nasciam com alguma deformidade ou abandoná-las a própria sorte. E de acordo com a história sempre existiram pessoas com algum tipo de limitação, seja ele física, intelectual, auditiva ou visual. Segundo Silva (1987, p. 21) “anomalias físicas ou mentais, deformações congênitas, amputações traumáticas, doenças graves e de conseqüências incapacitantes, sejam elas de natureza transitória ou permanente, são tão antigas quanto a própria humanidade.”

Com o surgimento do cristianismo no período romano os deficientes físicos são vistos agora como seres com alma, o abandono é substituído por misericórdia, pois a igreja traz princípios cristãos de amor e caridade, doutrinas fundidas no amor contribuíram para a criação de centros e hospitais para os pobres e marginalizados.

Na idade média a situação dos deficientes físicos continuava ainda muito preocupante, pois os locais de atendimento para eles eram controlados por senhores Feudais, há presença muito forte de concepções místicas, mágicas e misteriosas. Conforme Mendes (1995) deixa claro que:

A idade média foi uma fase de institucionalização, em que os indivíduos que apresentam deficiência eram segregados e

protegidos em instituições residenciais. E nessas instituições o tratamento variava segundo as concepções da caridade ou castigo predominantes na comunidade que o deficiente está inserido. (Mendes, 1995, p. 45).

Devido ao crescimento populacional das cidades as condições de saúde e higiene eram precárias o que causava um grande surto de doenças, dificultava ainda mais para as pessoas com deficiência, a discriminação e o abandono eram muito fortes e aqueles que nasciam com problemas mentais, malformações congênitas e incapacidades físicas eram vistos e taxado como “castigo de Deus”. Até o século XIII, as noções sobre deficiência eram basicamente ligadas a misticismo e ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realísticas” (Mazzotta, 2005, p.16).

No Feudalismo, as concepções divinas tinham uma grande importância na sociedade, na qual, o clero detinha o poder em suas mãos numa sociedade ainda analfabeta. Com a queda do feudalismo o cenário agora se modifica, a população que até então vive pela fé, passa a usar a razão para compreender essas diferenças. Ela busca entender as deficiências e controlá-las. É fácil observar toda a história, em torno de uma sociedade, encharcada pelo preconceito de uma maioria em relação a uma minoria que, por muito tempo, foi privada dos direitos mínimos que qualquer ser humano necessita para viver dignamente.

O surgimento do primeiro hospital psiquiátrico só acontece a partir do século XVI, um local de confinamento, como primeira tentativa de tratamento para as pessoas com deficiência. Nessa época a ciência baseava-se em alquimia, magia e astrologia. Dessa forma, a sociedade passa a ter uma nova forma de pensar mais independente da igreja, em decorrência da industrialização criam-se instituições com intuito de tirar de circulação os deficientes para hospitais psiquiátricos.

2.2 Contemporaneidade

Sabemos que os avanços foram significativos no século XIX, período do surgimento de alguns profissionais que se apropriam mais do assunto, estudam as deficiências no sentido mais amplo como educação e saúde colaborando com novas formas e posturas mediante as deficiências existentes. Surgem dessa forma, as instituições para o atendimento educacional de pessoas com deficiência, na época conhecidas pelos termos de débeis ou deficientes mentais. No século XX essas instituições começaram a ser questionadas, devido a sua falta de preparo para receber esse público, o tratamento dado as pessoas não eram adequadas, elas

continuavam sendo excluídas do convívio social.

Atualmente a política de inclusão é mais abrangente, acessível, consciente e benéfica refletindo um compromisso de oportunidade e igualdade para todos e envolve um conjunto de leis, decretos, portarias e resoluções, que são dispositivos que tem por objetivo direcionar e garantir a implementação de políticas públicas que proporcione não apenas a igualdade, mas sobretudo, a equidade de oportunidades, considerando as especificidades das pessoas com deficiência. Como bem retrata Lisboa:

Mesmo diante de tais mudanças, verifica-se que ainda há muito a ser feito e cumprido, não só quanto ao que determina a lei, mas também em relação à prática do que nela está disposto. Para isso, medidas mais severas devem ser tomadas quando houver descumprimento da lei. (Lisboa, 2020, pág. 10).

Sabe-se que ainda existem muitos desafios a serem superados, mas se permanecermos nesse esforço contínuo, iremos alcançar uma educação inclusiva de qualidade em todos os níveis da educação. Na prática, muitas iniciativas estão sendo adotadas pelos municípios na tentativa de garantir uma educação inclusiva, mas que ainda precisam ser aprimoradas e aperfeiçoadas.

2.3 A Política Nacional de Educação Especial na Perspetiva da Educação Inclusiva

A educação inclusiva traz em seu histórico um período de exclusão e abandono da pessoa com deficiência, por muito tempo a escola foi vista como privilégio de uma minoria. Após muita luta por parte das famílias em busca de oportunidades de sobrevivência para seus filhos, começam a surgir as primeiras mudanças estruturais nas escolas comuns e especiais, através da constituição de 1988(art.205 e art. 208), deixando claro que todos têm direito à educação, ao atendimento especializado e a inclusão escolar. Em seguida viram novas leis decretos e diretrizes que despertaram nos governantes a importância em promover uma educação inclusiva no país.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva através da Portaria nº 948/2007 que entrou em vigor em 2008, trouxe consigo as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), que surgiram no Brasil a partir da política de educação inclusiva para todos os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no sistema regular de ensino, garantindo o direito à educação para todos os discentes.

Sabe-se que de acordo com a Resolução, nº 04, de outubro de 2009, que instituiu as Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica, na modalidade Educação Especial, o AEE é um direito garantido a todos os estudantes com deficiência, desde a educação infantil ao ensino superior, em todas as redes de ensino, tanto pública quanto privada. Deve ser feito de forma “complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem” (Ministério da Educação, 2009, p. 1).

O professor do AEE é responsável pela implementação de recursos pedagógicos que eliminem barreiras para que os alunos sejam incluídos de maneira efetiva. Conforme descrito no Artigo 13º na Resolução nº 04, de outubro de 2009, traz as atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

- I – Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
 - II – Elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
 - III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
 - IV – Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
 - V – Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
 - VI – Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
 - VII – Ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
 - VIII – Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.
- Ministério da Educação, 2009, p. 3).

Mediante as atribuições do professor do AEE, precisamos deixar claro que não é somente dele a responsabilidade do desenvolvimento e da aprendizagem desses educandos. Para que aconteça o trabalho precisamos que toda a comunidade escolar esteja envolvida como: professor de sala, os colegas, diretor, coordenador pedagógico, equipe de apoio e principalmente a família. Importante frisar que incumbe ao poder público assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, o aprendizado ao longo de toda a vida; aprimorar os sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena (Brasil, 2015).

Como bem retrata Fernandes (2017), as leis e diretrizes são muito bem elaboradas, mas ainda estão longe de serem realmente cumpridas na prática, devido a muitos fatores, como: a falta de políticas públicas responsáveis com a sociedade, a falta de verbas e de administração séria, recursos financeiros limitados, despreparo da comunidade escolar, adaptação curricular, parceria com a comunidade, falta de profissionais especializados, infraestrutura escolar sem acessibilidade, o próprio preconceito contra os alunos com deficiência, envolvimento das famílias, dentre outros.

Ainda tem muito o que se fazer para que essa aprendizagem aconteça a contento para muitos alunos, não são todas as escolas públicas que dispõem de espaço adequado para as salas de recursos multifuncionais, as tecnologias estão longe de ser adequadas para desenvolver o trabalho, o professor do AEE, muitas vezes, não recebe a formação necessária e o Estado não disponibiliza cursos de formações continuadas, nem recursos para que eles possam exercer um trabalho em que realmente ocorra o aprendizado e a inclusão do aluno com deficiência. Dessa forma podemos constatar que o Atendimento Educacional Especializado ainda enfrenta muitos desafios significativos que precisam ser superados para que ocorra uma educação inclusiva e equitativa, a altura do que diz a Constituição brasileira.

3. O ATENDIMENTO DO CENTRO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO(CAEE) NAS ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA – IGUATU-CE

3.1 Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa procurou responder ao seguinte questionamento: Como é realizado o Atendimento Educacional Especializado pelos profissionais do CAEE (estratégias de orientações e/ou informações sobre os atendimentos ofertados a escola e a família)? Para tanto, foram adotadas as pesquisas bibliográfica e de campo.

Segundo Lakatos& Marconi, 2017, “a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, artigos científicos impressos ou eletrônicos, material cartográfico e até meios de comunicação oral: programas de rádio, gravações, audiovisuais, filmes e programas de televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritas de alguma forma.”

Em relação à Pesquisa de campo, esta se utiliza com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos sobre um problema, para o qual se procura uma resposta, ou

sobre uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, com o propósito de descobrir novos fenômenos ou relações entre eles. Ela consiste na observação de fatos e fenômenos, tais como ocorrem espontaneamente na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes para analisá-lo. (Lakatos; Marconi, 2017, p.202,203).

Após o levantamento bibliográfico, prosseguiu-se com a análise dos dispositivos legais que regem a política pública do AEE. Na sequência, fez-se uma pesquisa na instituição, objeto desta pesquisa, em busca de documentos e informações referentes ao atendimento realizado pelo CAEE(a legislação, o trabalho realizado pelos profissionais da instituição, bem como suas contribuições para os alunos e as famílias que são beneficiadas com esse atendimento complementar).

Para a interpretação dos dados e dos documentos coletados utilizou-se da análise de conteúdo, que segundo Bardin (2017), é uma hermenêutica controlada baseada na inferência, que oscila entre dois polos, do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Ou seja

um conjunto de técnicas que busca a compreensão dos sentidos manifestos pelos sujeitos participantes de uma pesquisa, dos documentos analisados, entre outras formas de expressão, tem se apresentado como um dos métodos mais empregados nos estudos no âmbito educacional (Velle, Ferreira, 2024. P.4).

3.2 Cenário da Pesquisa

O município de Iguatu está localizado na região Centro sul do estado do Ceará, a 380 Km da capital Fortaleza. Segundo o Censo de 2022, conta com uma população de 98.064 habitantes. O sistema educacional é composto por oito escolas da rede estadual, 18 escolas da rede privada, 45 escolas da rede municipal, uma Universidade Estadual (UECE), uma Universidade Regional (URCA) e um Campus do Instituto Federal (IFCE).

Em junho de 2024 as 45 escolas da rede publica municipal que ficam sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação (SME), que, desempenha um papel decisivo na gestão de desenvolvimento das políticas educacionais do município. A mesma é composta por várias divisões e departamentos que trabalham em conjunto para assegurar a qualidade da educação de todas as suas formas. Segundo dados disponibilizados pela SME, atualmente a rede municipal conta com 12.186 alunos matriculados, destes, 921 alunos possuíram alguma deficiência.

Segundo a Lei Nº 3.019, de 03 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre a estrutura

administrativa, organizacional e institucional da Prefeitura Municipal de Iguatu, dentro da estrutura organizacional a SME, além do CAEE, que oferece o Atendimento Educacional Especializado de forma complementar e suplementar aos estudantes com deficiência da rede municipal, conta também o Conselho Municipal de Educação, de caráter consultivo, normativo e deliberativo. As instituições supracitadas poderão ter o seu funcionamento municipal ou regional, mediante consórcio entre os municípios da região, no que concerne à gestão e manutenção.

4. RESULTADO E DISCUSSÕES

4.1 O Atendimento Educacional Especializado no CAEE para os alunos das Escolas Públicas Municipais de Iguatu Ceará

O Histórico do Regimento do CAEE ressalta que a Secretaria Municipal de Educação incorporou em 2005 a educação especial à sua rede de ensino, oferecendo acompanhamento de professores especializados, com intérpretes de Libras e instrutores de Braille. O acompanhamento das atividades desenvolvidas era feito pelo Núcleo de Educação Especial que contava com uma equipe especializada para atender de forma bio-psico-social e pedagógico aos estudantes com deficiência. Nota-se que a educação de Iguatu já procurava garantir um sistema educacional inclusivo, através da oferta da educação especial na rede regular de ensino e com adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas.

O Decreto nº 6.571/2008, dispôs sobre o apoio técnico e financeiro da União para ampliar a oferta do atendimento educacional especializado, ratificou no art.3º que seria incumbência do Ministério da Educação prestar apoio técnico e financeiro para a implantação das salas de recursos multifuncionais; formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado; formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva; adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade; elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior (Brasil, 2008).

Nesse contexto, em 2010 o município de Iguatu foi contemplado com 13 salas de recursos multifuncionais e iniciou suas atividades em 2011 nas escolas Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Elze Alves Lima Verde, Carlota Távora, João Paulino, Antônio Cirilo, João Rocha Fialho, Judite Cavalcante Silva, Maria Irismar Moreno Matos, Marta Maria Sobreira, Tomé de Sousa, Francisco Sebastião Uchoa, Luiza Bezerra de Souza e CAIC. As salas foram equipadas com computadores com teclados adaptados, máquinas em Braille, jogos com textura

e contraste, também foram contratados professores especializados, instrutores de Libras e Braille para realizar o AEE.

A Lei Municipal nº 2.421, de 01 de julho de 2016 extinguiu do Núcleo de Educação especial e criou O CAEE Professor Raimundo Nonato Pereira “para garantir um atendimento especializado aos alunos, público-alvo da educação especial, assegurando o direito a inclusão na escolar regular”. Vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Educação. No Regimento da instituição consta que o CAEE está cadastrado no Censo Escolar - INEP nº 23264004, com autorização de funcionamento pelo Conselho Municipal de Educação. O núcleo gestor composto por um diretor administrativo, um coordenador pedagógico e um secretário escolar, devidamente habilitados, 1 merendeira, 1 agente administrativo, 1 merendeira, 2 auxiliares de serviços gerais.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico a equipe multidisciplinar é composta por 1 fonoaudiólogos, 2 Terapeutas Ocupacionais, 2 Psicólogas 1 assistente social, 2 psicopedagogas, 3 Professoras de AEE, 2 Pedagogas, 1 fisioterapeuta, 02 Professores de Braille, 1 Interprete de Libras, 1 Monitor de Inclusão, que fazem o atendimento, orientações e práticas pedagógicas específicas diferenciadas, como serviço itinerante, atendimento domiciliar, encontros formativos, palestras informativas e visitas institucionais para orientar a equipe gestora, docentes e a comunidade escolar.

No Planejamento didático a ação pedagógica deve ser organizada de forma individual, com sugestões de intervenções e procedimentos específicos, levando em consideração o diagnóstico realizado, com o registro sistemático dos avanços e das dificuldades do estudante.

Em 2024 foram matriculados 921 alunos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, atendidos nas escolas públicas municipais, nas salas de atendimento educacional especializado -AEE. Destes, 264 são atendidos pelo CAEE, no contraturno, com visitas itinerantes para os estudantes da zona rural. A Lei Brasileira de Inclusão, instituída em 2015 considera pessoa com deficiência “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

Os tipos de deficiências atendidas no CAEE são: Deficiência física; Deficiência auditiva; Deficiência visual; Deficiência intelectual; Deficiência múltipla; Surdez; Baixa visão; Cegueira; Surdo cegueira; Autismo: Síndrome de Rett; Síndrome de Asperg; Transtorno desintegrativo da infância.

4.2. Atuação da Equipe Multifuncional no Atendimento Educacional Especializado

O Centro de Atendimento Educacional Especializado- CAEE tem como principais objetivos: contribuir com o sistema de ensino da rede pública municipal com a valorização e promoção dos direitos humanos mediante práticas, recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, contribuindo para igualdade e o enfrentamento de todas as formas de preconceito e discriminação.

O educando para ser atendido pela equipe multifuncional do Centro de Atendimento Educacional Especializado –CAEE, necessita que esteja matriculado e frequentando a Escola da Rede Pública Municipal. O atendimento se dá após o encaminhamento do educando com um relatório de observação do professor de sala sobre o seu desenvolvimento e dificuldades apresentadas. O atendimento acontece da seguinte forma: acolhida da família, através do profissional de assistência social onde o mesmo realiza a triagem. O responsável pelo educando necessita apresentar as seguintes documentações: registro de nascimento ou CPF, comprovante de residência, laudo médico se tiver, caso não tenha precisa comprovar através de declaração médica que o mesmo está em fase de investigação; após esse primeiro momento com a família, será marcada a avaliação do aluno, onde o assistente social irá concluir o relatório do atendimento baseado na escuta da família e uma avaliação prévia sobre o educando e suas dificuldades e habilidades.

Mediante todo esse acompanhamento caberá agora agendar a avaliação do educando com toda a equipe multiprofissional para deliberação do(s) atendimento(s) específico(s) com o profissional ou profissionais que colaborarão com o ensino e a aprendizagem do educando de acordo com a sua necessidade.

O atendimento do CAEE acontece de segunda-feira a quinta – feira, ao público, sendo segunda-feira e quarta-feira na zona urbana e terça-feira e quinta-feira na zona rural, as sextas-feiras são para reunião, planejamento, estudo de caso, dentre outras atividades da equipe. Os atendimentos acontecem nos horários das 7h às 13h com a equipe I e das 13h às 19h com a equipe II. Para contemplar as famílias que trabalham no comércio e não têm como comparecer à instituição no horário comercial, os horários de 11h às 13h e de 17h às 19h é prioritário para essas pessoas. O objetivo é atender a todos sem distinção e sem prejuízo para os alunos. Nessa perspectiva os atendimentos acontecem da seguinte forma: pode ser individual ou coletivo geralmente tem duração de 30 minutos por educando, ficando reservado 10 minutos do atendimento para a família / responsável. Como resultado final do atendimento são produzidos

relatórios individuais dos educandos para replanejamento das atividades com o educando e feedback para as famílias e as escolas que eles estão regularmente matriculado.

O CAEE também faz acompanhamento com a família a cada 15 dias, nesses encontros os atendimentos são coletivos e objetivam ouvir as dificuldades enfrentadas por essas famílias, como também são momentos recheados de aprendizados, boas conversas e descontração. A equipe costuma promover palestras, explanações sobre os direitos das pessoas com deficiências, oficinas, discussões e atendimentos em grupo e particular, dependendo da necessidade de cada um. As palestras são sempre muito ricas, com pessoas que contribuem de alguma forma com a família e o educando, exemplo: quando um advogado é convidado para falar dos direitos da pessoa com deficiência, as novas leis e atualizações, um psiquiatra para orientar sobre as deficiências e como melhor conduzi-las, psicólogas para falar da questão comportamental, grupo das mães guerreiras para falar da troca de experiência entre as mães, etc.

Ressalta-se que o atendimento do CAEE, é para todas as crianças jovens e adultos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação que estejam regularmente matriculados na rede pública municipal. Entretanto é preciso investir maciçamente na comunicação, disseminação da informação e na interação dos cidadãos, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial em articulação com as demais políticas públicas, afim de vencer as barreiras atitudinais que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas (Brasil, 2015).

Por ser um trabalho complexo que envolve um público específico, mas com suas diferenças, uma equipe multidisciplinar composta por vários profissionais, familiares e a sociedade civil organizada, é imprescindível garantir uma orientação sistematizada para os educandos e seus familiares, promovendo uma conscientização de vivência com os filhos diante de sua condição de deficiência, bem como a oferta de uma formação continuada, não só para a equipe multidisciplinar, mas também, para todos os servidores das escolas, conselho escolar e grêmios estudantis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trabalho empreendido pretendeu-se entender de que forma o Centro de Atendimento Educacional Especializado - CAEE contribui com o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos das escolas públicas do município de Iguatu, como também qual a sua importância para todos os estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento. O estudo sobre

o atendimento educacional especializado pelo CAEE aos estudantes do município de Iguatu, trouxe uma reflexão o quão é importante o atendimento das salas multifuncionais do AEE nas escolas, já que percebe-se que é na escola através do professor de sala juntamente com o professor do AEE que identificam as dificuldades desses alunos e encaminham para o atendimento mais específico pelo os profissionais do CAEE. Nessa perspectiva que percebe-se, a necessidade de mais investimentos em políticas públicas que venham contribuir com o desenvolvimento desses educandos que lutam incansavelmente por uma inclusão cada vez mais significativa.

O atendimento do CAEE, vem proporcionar aos estudantes e suas famílias um atendimento humanizado onde todos são acolhidos e juntos com toda equipe decidido a melhor forma de acompanhamento do mesmo, seja ele criança jovem ou adulto, o que realmente importa é que esse aluno tenha a oportunidade ser atendido de forma igualitária como qualquer outra pessoa, que consiga se socializar que possa ser inserido na sociedade, de forma significativa que seus direitos sejam garantidos e que tenha uma boa qualidade de vida.

É perceptível o quanto é importante e necessário o trabalho desenvolvido pelos os profissionais do CAEE para todos os alunos das escolas públicas do município de Iguatu no Ceará, como também todas as evoluções dos estudantes conforme relato de algumas famílias o quanto estão felizes por veem seus filhos se desenvolvendo.

Mesmo mediante tantas evoluções com o trabalho realizado por toda a equipe do CAEE, os profissionais relatam da importância da instituição ter um prédio próprio como também a necessidade de ampliar o quadro de profissionais para aumentar o atendimento aos estudantes mais vezes durante a semana, como também dá mais subsídios aos que moram na zona rural.

Os aspectos acima citado nos mostram a importância do CAEE para o município e para os estudantes, como também os avanços e as conquistas na área da inclusão através de todos as leis que amparam esse público que luta incansavelmente por espaço adequado e digno.

REFERENCIAS:

AMARAL, L. A. **Pensar a diferença/deficiência.** Brasília, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo:** Tradução Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro - São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado. 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução N. 4 CNE/CP, de 02 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 22 de junho. 2024.

COSTA, Helen Samara da Silva BELLE, Helena Beatriz de Mora. Deficiência: a luta de séculos pela inclusão social e cidadania. **Revista de Direito Brasileira**, v. 21, p. 108-125, 2019.

FERNANDES, Rosicleia de Sá. **Inclusão social de crianças nas salas de aula regulares em João Pessoa-PB**. TCC (Graduação em Pedagogia). Universidade Federal da Paraíba, 2017.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995

GURGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho**. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

LAKATOS, EVA MARIA. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

Lei Municipal nº 2.421, de 01 de julho de 2016. **Dispôs sobre a Extinção do Núcleo de Educação Especial e a criação do Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE de Iguatu**. Prefeitura Municipal de Iguatu, 2016.

LISBOA, M. F. L. S. A deficiência e o preconceito: uma visão histórica e atual sobre a pessoa com deficiência - **Cadernos da Fucamp**, v.19, n.42, p.35-47/2020

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O Que é? Por quê? Como Fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. Coleção cotidiano escolar.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Trabalho Docente e Formação de Professores de Educação Especial**. São Paulo: EPU, 1993.

MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2008.

MENDES, E. G. **Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional**. 1995. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade de São Paulo, 1995.

PEREIRA, J. A; SARAIVA, J. M. Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão à inclusão social. **SER Social** (Online), v. 19, p. 168-185, 2017.

PESSOTTI, I. (1984). **Deficiência mental: da superstição a ciência**. São Paulo: EDUSP.

Projeto Político Pedagógico do Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE, 2022.
Regimento Interno do Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE, 2022.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SILVA, B. M. D. C.; PEDRO, V. I. D. C; JESUS, P. E. E. M. Educação inclusiva. **Revista Científica Semana Acadêmica**, v. 01, p. 00-295, 2017.

VALLE, P. R. D; FERREIRA, J. DE L. (2024). Content analysis in the perspective of Bardin: contributions and limitations for qualitative research in education. **In SciELO Preprints**.
<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7697>

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001